

Folha Nacional

9 DE JUNHO DE 2023 | SEMANAL | ANO 1 | 19ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.folhanacional.pt

MENTIRAS SOBRE O SIS EMBRULHAM AINDA MAIS O GOVERNO

João Galamba atirou a responsabilidade da chamada do SIS para Mendonça Mendes, mas o ministro-adjunto de António Costa 'sacudiu a água do capote'. O certo é que um dos dois governantes está a mentir e tudo aponta para que seja João Galamba. // pág. 02

ENTREVISTA

**“DO QUE ME APERCEBO
NÃO HÁ QUALQUER
TIPO DE APOIO DO
ESTADO AO FADO”**

António Pinto Basto
PÁG. 05



DESTAQUE

**CHEGA QUER
PLANO CONTRA
A CORRUPÇÃO
EM TODO PAÍS**

PÁG. 04



© Folha Nacional

MENTIRAS SOBRE O SIS EMBRULHAM AINDA MAIS O GOVERNO

“

As declarações do ministro João Galamba devem relevar para efeitos penais uma vez que houve uma mentira dada sob juramento a esta CPI

André Ventura

”

COM AGÊNCIA LUSA

Foi finalmente ouvido esta semana no parlamento, na Comissão de Assuntos Constitucionais, o secretário de Estado-Adjunto do primeiro-ministro, Mendonça Mendes, onde confirmou ter falado com o ministro João Galamba na noite de 26 de abril, mas não sobre o SIS, contrariando assim a versão apresentada pelo ministro das Infraestruturas na Comissão de Inquérito à gestão da TAP.

Mendonça Mendes rejeitou ainda qualquer causalidade entre esse telefonema e o reporte aos serviços de informações do computador levado do Ministério das Infraestruturas, que, na versão de João Galamba, foi efetuado pela sua chefe de gabinete, Eugénia Cabaço Correia.

"Eu confirmo que o senhor ministro das Infraestruturas me telefonou na noite de 26 de abril para me relatar os acontecimentos no Ministério das Infraestruturas", declarou António Mendonça Mendes no parlamento, no âmbito da referida audição que foi requerida com carácter obrigatório depois de ter sido chumbada pelo Partido Socialista, sobre a "sua intervenção no contexto da recuperação pelo SIS" do computador de serviço de Frederico Pinheiro, ex-adjunto de João Galamba.

De recordar que o ministro das Infraestruturas, quando questionado na Comissão de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP sobre quem lhe tinha dito para contactar o SIS, foi perentório a afirmar que havia sido o gabinete do primeiro-ministro e que, dentro do gabinete de António Costa, foi especificamente o secretário de Estado Adjunto, Mendonça Mendes.

O ministro sublinhou, no entanto que, entretanto, o SIS já tinha sido contactado pela sua chefe de gabinete, Eugénia Correia. "Terem-me dito que era importante reportar ao SIS não é o que levou a que o SIS fosse contactado, porque quando transmiti isso à minha chefe de gabinete percebi que isso já tinha acontecido. Num certo sentido, o que aconteceu foi: 'ainda bem

que fizeste aquilo que agora me disseram que era importante fazer'", disse João Galamba aos deputados.

Por sua vez, o líder do CHEGA, André Ventura, adiantou que, face a todas estas contradições, o partido vai pedir novamente que o ministro das Infraestruturas, João Galamba, seja ouvido na comissão de inquérito à TAP, dizendo que esta "é a última oportunidade" para o governante "dizer a verdade sobre de que forma, quem e porquê o aconselharam a recorrer ao SIS". Depois da audição de Mendonça Mendes, André Ventura sublinhou ter ficado "com informação mais segura de que foi da cabeça de João Galamba ou da sua chefe de gabinete que partiu a chamada para os serviços de informações".

"Em qualquer caso, daremos também conta ao senhor presidente da comissão de inquérito que as declarações do ministro João Galamba devem relevar para efeitos penais uma vez que houve uma mentira a 90%, 95% ou 99% de certeza, dada sob juramento a esta comissão de inquérito", afirmou.

Para o CHEGA é "imprescindível que esta comissão não encerre os seus trabalhos sem que João Galamba diga a verdade" e que "as suas declarações sejam enviadas para o Ministério Público para os devidos efeitos". Ventura insistiu ainda que Galamba não tem "condições de autoridade política" para continuar a ser ministro e apelou ao primeiro-ministro, António Costa, que o demita. Ventura disse ainda que o país vive num rol de mentiras: "Fica claro para todo o país o rol de mentiras em que estamos envolvidos", sublinhando os discursos contraditórios entre João Galamba e Mendonça Mendes.

"Tivemos o ministro João Galamba a dizer que tinha tido indicação do secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, Mendonça Mendes, para contactar o SIS, e depois tivemos o mesmo secretário de Estado a dizer que Galamba não o tinha feito."

O 'telefone estragado' do Governo: Quem está a dizer a verdade?



Garanto que não estava na sala quando a chefe de gabinete ligou ao SIS. Eugénia ligou por iniciativa



João Galamba
Ministro das Infraestruturas



Terem-me dito [gabinete do primeiro-ministro] que era importante reportar ao SIS não é o que levou a que o SIS fosse contactado, porque quando transmiti isso à minha chefe de gabinete percebi que isso já tinha acontecido



João Galamba
Ministro das Infraestruturas



O senhor ministro está a mentir nesta comissão de inquérito!



André Ventura
Presidente do CHEGA



Sim, o senhor ministro ligou-me. Não, o reporte aos serviços de informação da República não decorreu nem de sugestão, nem de orientação nem minha nem da parte de nenhum membro do Governo. E era assim que tinha de ser



Mendonça Mendes
Secretário de Estado Adjunto do PM



Daremos conta ao senhor presidente da comissão de inquérito que as declarações do ministro João Galamba devem relevar para efeitos penais uma vez que houve uma mentira de certeza, dada sob juramento a esta comissão de inquérito



André Ventura
Presidente do CHEGA

NESTA EDIÇÃO VEJA TAMBÉM



CHEFES DA POLÍCIA PONDERAM "PARAGEM DE ATIVIDADE" NA JMJ

PÁG. 07



SAÚDE: MINISTÉRIO ADMITE CONTRATAR MÉDICOS ESTRANGEIROS

PÁG. 09



COMBUSTÍVEIS PREÇO MÉDIO SEMANAL SOBE

PÁG. 10



GENOCÍDIO NO RUANDA: FINANCIADOR INAPTO PARA SER JULGADO

PÁG. 13



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE" UM ANO DE FOLHA

PÁG. 15



Editorial

PATRÍCIA DE CARVALHO

UM ANO DE FOLHA NACIONAL

PÁG. 16



CHEGA QUER PLANO CONTRA A CORRUPÇÃO EM TODOS OS MUNICÍPIOS

N POR FOLHA NACIONAL

Todos os anos, e segundo os dados mais recentes que datam de 2018, a corrupção custa ao erário público 18,2 mil milhões de euros. O valor é apontado num relatório apresentado no Parlamento Europeu, na data já referida, que coloca Portugal como o 11º país, dos 28 Estados-membros da União Europeia, mais penalizado financeiramente com a corrupção. Para o Partido CHEGA, este é um dos "maiores problemas que existe na sociedade portuguesa". "É como uma erva daninha que está sempre a crescer. As poucas medidas que se aprovam na Assembleia da

República para o combate à corrupção não são suficientes para diminuir, significativamente, o número de crimes de corrupção com o dinheiro público que são cometidos todos os anos", refere André Ventura ao Folha Nacional.

A título de exemplo, para que se compreenda a dimensão do problema, a receita total consolidada para a área da Saúde – valor inscrito no Orçamento do Estado para este ano – foi de 14,8 mil milhões de euros contra os 18,2 mil milhões que o erário público perde todos os anos para a corrupção –8% do PIB.

"O que não falta são proces-

O que não falta, infelizmente, são processos de corrupção que envolvem autarcas, ex-autarcas, governantes e ex-governantes. As autarquias são um dos principais motores da corrupção em Portugal", lamenta André Ventura.

sos de corrupção que envolvem autarcas, ex-autarcas, governantes e ex-governantes. As autarquias são um dos principais motores da corrupção em Portugal", lamenta André Ventura.

A verdade é que são mais de duas dezenas os autarcas e ex-autarcas que estão envolvidos em casos de corrupção, prevaricação, participação em negócio, entre outros crimes. Um dos casos mais recentes e mais sonante envolve o ministro das Finanças e o ministro do Ambiente de António Costa, Fernando Medina e Duarte Cordeiro, respetivamente. Os alegados crimes de corrup-

ção e prevaricação remontam à época em que Medina era o presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Duarte Cordeiro o seu 'braço direito'.

Mas há também o caso de Miguel Alves, ex-secretário de Estado-adjunto do primeiro-ministro que é suspeito do crime de prevaricação quando era presidente da Câmara Municipal de Caminha.

Também João Galamba (atual ministro das Infraestruturas), Pedro Siza Vieira (ex-ministro da Economia de António Costa) e João Matos Fernandes (ex-ministro do Ambiente de Costa) são visados num processo que investiga crimes de corrupção e tráfico de influências. Já o deputado do PSD e ex-presidente da Câmara Municipal de Espinho, é suspeito de corrupção passiva, prevaricação, tráfico de influência e abuso de poder.

E quem não se lembra do (novamente) presidente da Câmara Municipal de Oeiras? Isaltino Morais foi condenado, em 2009, a sete anos de prisão e a perda de mandato por fraude fiscal, abuso de poder e corrupção. Cumprida a pena, voltou a candidatar-se à liderança da autarquia e venceu as eleições.

Ou de Valentim Loureiro, então presidente da Câmara Municipal de Gondomar, que foi condenado a três anos e dois meses de cadeia, com pena suspensa por igual período, por abuso de poder e prevaricação?

Estes são apenas alguns dos muitos exemplos de crimes cometidos em autarquias entre autarcas e empresas envolvendo o dinheiro dos contribuintes. O presidente do CHEGA acredita que a única forma de combater este flagelo é através de um plano a ser aplicado em todos os municípios do país.

"Nós somos a favor da criação de um Plano Municipal Contra a Corrupção em todas as autarquias do país", revela, em primeira-mão, ao Folha Nacional, explicando que "se não houver este controlo apertado sobre os negócios que são feitos nos municípios com o dinheiro que é de todos os portugueses, nunca conseguiremos acabar com, pelo menos, grande parte da corrupção e prevaricação que existe em termos locais".

"Esta é, sem dúvida, uma importante arma na luta contra a corrupção. Se é a solução para todos os problemas? Não, obviamente que não é, mas é um primeiro passo que deve ser dado o quanto antes", rematou o líder do CHEGA.



“O que acontece hoje é encontrarmos muito quem cante fados e seja um aro desgarrado”

- António Pinto Basto

© António Pinto Basto

O fadista **António Pinto Basto** nasceu em Évora a 6 de maio de 1952. O seu primeiro EP, 'Povo Sagrado', data de 1970 e, desde então, só fez uma pausa na carreira no pós-25 de Abril porque, explica, nessa fase "tudo foi feito para denegrir o fado". Aproveitando este interregno, António Pinto Bastos teve a oportunidade para terminar o curso de Engenharia Mecânica no Instituto Superior Técnico e, ainda, trabalhar 10 anos como engenheiro.

Como é ser fadista no século XXI? As novas gerações continuam a gostar de fado?

Se falamos de quem é, de facto, fadista, direi que é igual ser fadista no séc. XIX como ser no séc. XXI. Um verdadeiro fadista canta fado e sente-se um elo de uma corrente. O que acontece, mais modernamente, é encontrarmos muito quem cante fados e seja um aro desgarrado. Mas nas novas gerações há muitos jovens que gostam, de facto, de fado.

O fado continua a ter capacidade para se reinventar?

Sim, o fado vai-se reinventando. Sobretudo nas letras, uma vez que se vai continuando a cantar os velhos fados (que se adoptou chamarem-se tradicionais) com novas letras e isso é uma das riquezas do fado. No outro fado, o chamado fado canção ou fado musicado, também vão sempre surgindo inovações. Aqui é que se pode discutir o que se vai afastando dos cânones fadistas.

Considera que o fado é bem promovido no estrangeiro, nomeadamente junto da diáspora?

No estrangeiro, junto da diáspora, é onde vai acontecendo mais fado porque são as próprias comunidades a contratarem os fadistas e não por qualquer tipo de apoio. Quanto ao fado ser, ou não, bem promovido no estrangeiro, francamente, nem dou por essa possível promoção. Apenas posso encontrar como mencionáveis as acções individuais de um ou outro agente, promovendo um ou outro artista.

Na sua opinião, o fado, enquanto Património Cultural e Imaterial da Humanidade e parte integrante da cultura portuguesa, é devidamente valorizado e apoiado pelo Estado?

Um pouco na sequência da resposta anterior, confesso que não me apercebo de qualquer tipo de valorização e/ou apoio do Estado. O fado é, efectivamente, um valor da cultura de Portugal e repare-se que é, no campo musical, a única expressão exclusivamente portuguesa (e mais algum folclore, é certo) e eu diria, mesmo, no campo de todas as artes (as sete, em que a música é apenas uma) que o fado é a úni-

ca arte exclusiva e genuinamente portuguesa sem imitar, seguir ou apenas ser paralela a outras artes de qualquer espécie. Como tal, deveria ter uma protecção especial e cuidada por parte do Estado.

Para além dos apoios que já existem, que outros incentivos deveriam ser concedidos aos músicos de língua portuguesa?

Não existe qualquer tipo de protecção a nível de Segurança Social. No IVA existe uma mínima protecção para os chamados recibos "verdes" mas, se o artista quiser ter a chamada "escrita organizada", já tem que estar sujeito ao IVA, de 23%. Não há qualquer tipo de protecção no caso de doença (excepto para alguns - poucos - casos de fadistas com contracto). Não existe qualquer tipo de "licença de paternidade" ou coisa que o valha. Por tudo isto, os escalões de IRS dos fadistas poderiam ser "especiais" mas não, são iguais a qualquer outro que tenha as regalias que não têm os fadistas. A reforma de um fadista que tivesse provas claras de uma carreira ao serviço do fado e, portanto, da cultura portuguesa, poderia e deveria ter uma "gentileza" do Estado. E mais haverá, seguramente...

Já tem mais de 50 anos de carreira dedicados ao fado. Que planos tem para o futuro?

É verdade, já passei dos 50 anos de carreira! Ainda que tenha tido um período de interregno pois, como sabemos, após o 25 de Abril, tudo foi feito para denegrir o fado e este fez o que podemos chamar uma "travessia do deserto". O fado quase que atingiu o estatuto de clandestinidade! O que é certo é que, por aqueles que se mantiveram activos e pela força que o fado tem, de verdade, na tal cultura portuguesa, nos anos 80 os portugueses voltaram a "lembrar-se" de que tínhamos o velho fado e, a partir daí não mais deixou de crescer. Esse tempo de "clausura" em relação ao fado (sempre o fui cantando, em diversas tertúlias e um ou outro contracto - até cheguei a estar, cinco semanas, em 1979, nos Estados Unidos) permitiu-me terminar o meu curso de Engenharia Mecânica no Instituto Superior Técnico e, ainda, trabalhar 10 anos como engenheiro. E foi em 1988 que gravei o L.P. 'Rosa Branca' que levou a que o engenheiro 'arrumasse as botas' e passasse a ser fadista a tempo inteiro. Desde então, não parei nem interrompi a minha carreira. Respondendo, pois, mais directamente à pergunta, apenas posso dizer que os meus planos são de... continuar! Assim, já estou a pensar na próxima gravação e vou fazendo os meus espectáculos, nomeadamente o que tenho agora bem preparado que é o espectáculo de comemoração dos 50 anos da carreira.

MAIS POBRES COM MAIS DIFICULDADES NAS DESPESAS, SOBRETUDO NOS MEDICAMENTOS

 POR AGÊNCIA LUSA

As famílias com menores rendimentos tiveram no ano de 2022 mais dificuldades em fazer face às despesas habituais, sobretudo na compra de medicamentos, que ainda representam a maior fatia das despesas associadas aos cuidados de saúde primários ou urgências. Segundo o relatório "Acesso a cuidados de saúde de 2022 – As escolhas dos cidadãos no pós-pandemia", da autoria dos investigadores Pedro Pita Barros e Eduardo Costa e que foi apresentado na passada terça-feira, a proporção de famílias que pede a substituição de um fármaco de marca pelo respetivo genérico aumentou com o acréscimo das dificuldades económicas, passando de 33% em 2019 para 56% em 2022. "É um efeito que não é surpresa que exista, mas foi até certo ponto surpresa a magnitude do efeito, [o facto de] ser tão forte", admitiu, em declarações à Lusa, o investigador Pedro Pita Barros. O especialista lembrou ainda que os mais pobres são afetados de duas formas distintas, "que se reforçam mutuamente". Por um lado, devido ao tipo

trabalho que têm, "muitas vezes não têm as mesmas facilidades para estar em teletrabalho ou poderem evitar transportes públicos, como outras pessoas de profissões que dão rendimentos muito mais elevados", ficando assim mais expostas ao risco de doença. Por outro lado, são também provavelmente profissões em que o impacto económico da redução da atividade durante a pandemia terá sido muito superior. "Acabam assim por ter maior exposição, mas também provavelmente menor disponibilidade financeira, ou maior incerteza financeira do que teriam fora da pandemia. (...) São apanhados numa tenaz, em que um dos lados é o económico e do outro lado a saúde", explicou. Em termos de intervenção pública, Pita Barros diz que esta situação deveria preocupar os decisores para "perceber melhor como é que se pode tentar recuperar essas situações e garantir agora um acesso melhor" a estas pessoas. "A parte económica, em princípio, estará a recuperar com a recuperação da economia.



A parte de saúde, terá de se perceber se são precisas medidas específicas de proteção financeira adicional, em particular no campo do medicamento", insistiu, lembrando que é nos medicamentos associados à prescrição que está o maior peso financeiro para estas famílias.

“A proporção de famílias que pede a substituição de um fármaco de marca pelo respetivo genérico aumentou com o acréscimo das dificuldades económicas, passando de 33% em 2019 para 56% em 2022”

CHEFES DA POLÍCIA PONDERAM “PARAGEM DE ATIVIDADE” NA JMJ

POR AGÊNCIA LUSA

Os chefes da Polícia de Segurança Pública (PSP) ponderam uma “paragem de atividade” durante as Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ), caso a tutela não responda às suas reivindicações, disse à Lusa o presidente do sindicato que os representa. “Até ao final deste mês temos de ser ouvidos e atendidos”, afirmou o presidente do Sindicato Nacional da Carreira de Chefes da PSP, Rui Amaral, no final de um encontro nacional que reuniu cerca de 200 pessoas, em Lisboa.

Os chefes da Polícia de Segurança Pública (PSP) lamentam “a inação governativa no que diz respeito à resolução dos principais problemas dos profissionais da PSP, de quem se espera um desempenho elevado para fazer face àquilo que é o fator essencial de sucesso de um evento como as Jornadas Mundiais de Juventude, que é a segurança”. Segundo Rui Amaral, os chefes da PSP querem ser ouvidos pela direção da PSP e pelo ministro da Administração Interna e, caso não sejam atendidos nas reivindicações, prometem “agir em conformidade”: “Haverá outras formas que podemos utilizar e falo em paragem de atividade”, em agosto, quando acontecem as Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ), disse. O sindicalista considera “inad-



missível esperar 30 anos por uma promoção”, ainda não terem sido abertos concursos na Polícia de Segurança Pública (PSP) referentes a 2022, não serem pagas horas extraordi-

nárias e, “em final de carreira, promoverem e adotarem uma política de mobilidade e colocarem os elementos a mais de 400 quilómetros de distância” de casa, disse Rui Amaral.

PROFESSORES MANIFESTARAM-SE EM LISBOA PARA RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO

POR AGÊNCIA LUSA

Milhares de professores estiveram na passada terça-feira a manifestar-se em Lisboa para exigirem a recuperação do tempo de serviço congelado (seis anos, seis meses e 23 dias). A manifestação, que decorreu entre o Marquês de Pombal e a Assembleia da República, foi organizada pela plataforma de nove organizações de professores e aconteceu no mesmo dia em que os docentes realizaram uma greve nacional. Depois da manifestação realiza-

da durante o período da manhã de terça-feira no Porto, que reuniu professores do norte e centro do país, o protesto em Lisboa reuniu docentes da região sul. Os protestos tiveram o simbolismo de o dia de terça-feira ter coincido com o tempo de serviço que os professores reclamam há vários anos: 06/06/2023. A greve da passada terça-feira assim como as previstas para os exames e avaliações foram convocadas pela plataforma de nove organizações: Asso-

ciação Sindical de Professores Licenciados, Federação Nacional dos Professores, Federação Nacional da Educação, Pró-Ordem dos Professores, Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados, Sindicato Nacional dos Profissionais de Educação, Sindicato Nacional e Democrático dos Professores, Sindicato Independente dos Professores e Educadores e Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades.

RUBRICA N
PORTUGAL
REAL

CASTELO BRANCO

PRESIDENTE DA CÂMARA TEM FALTA DE “INTELIGÊNCIA POLÍTICA”, DIZ PSD

O presidente da Câmara de Castelo Branco, Leopoldo Rodrigues, foi acusado de falta de “inteligência política” pela Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata (PSD) de Castelo Branco. Em causa estão afirmações realizadas pelo presidente socialista numa reunião de teor privado do executivo municipal sobre o orçamento municipal adjacente. A Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata acusou o executivo socialista de não ter feito nada para reunir condições para o sucesso da concretização de um projeto de tal envergadura e impacto para o concelho de Castelo Branco, condenando, assim, a forma como a autarquia tem sido governada e exigindo que os responsáveis políticos que lideram o executivo municipal sejam mais “diligentes, estrategas e capazes de fixar investimento reprodutivo”.

LISBOA

CHEGA DENÚNCIA INCUMPRIMENTO DE PROPOSTAS

A vereadora do CHEGA em Azambuja, Inês Louro, avisou o Executivo Municipal socialista sobre o incumprimento de duas propostas aprovadas. Entre estas conta-se a atribuição de um gabinete para a vereadora do CHEGA e de dois gabinetes para os vereadores do PSD, sendo um direito dos mesmos, aprovado há pelo menos nove meses e prometido que seriam atribuídos até ao dia 25 de Abril de 2023, o que não aconteceu. “Para quando o dia em que nos podemos sentar nos nossos gabinetes? Não há justificação para que não se cumpra a lei”, afirmou Inês Louro, lembrando que “estamos quase a meio do mandato e o que [o executivo municipal] está a fazer é vedar o exercício de direito democrático de, em iguais condições, os vereadores sem pelouro poderem trabalhar”, reforçou. Segundo apurou o FN, o presidente socialista, Silvino Lúcio, afirmou que irá atribuir um gabinete repartido entre os vereadores da oposição (PSD e CHEGA) durante o mês de julho.

O relatório “Acesso a cuidados de saúde, 2022 – As escolhas dos cidadãos no pós-pandemia”, da autoria dos economistas Pedro Pita Barros e Eduardo Costa, será apresentado, no auditório BPI All in One, no Saldanha, em Lisboa.

CHEGA QUER OUVIR MEDINA SOBRE **POLÉMICA ALTERAÇÃO** **AOS CERTIFICADOS DE AFORRO**



POR AGÊNCIA LUSA

O CHEGA quer ouvir com urgência o ministro das Finanças no parlamento sobre o fim da comercialização da série E dos certificados de aforro, anunciou o líder do partido, que acusou o Governo de "enorme subserviência ao sistema bancário". Em declarações aos jornalistas na sede nacional do CHEGA, em Lisboa, André Ventura considerou que o fim da comercialização da série E dos certificados de aforro, e a sua substituição pela série F, com uma taxa de juro inferior, não foi "uma mera coincidência". Essa decisão, disse o líder do CHEGA, ocorre depois de o presidente do Banco CTT, João Mo-

reira Rato, "ter dito e apelado ao Governo para interromper a emissão de certificados de aforro" e numa altura em que, "desde janeiro deste ano, saíram dos bancos cerca de 2,5 mil milhões de euros, praticamente o mesmo que entrou nos certificados de aforro". "Isto não é só uma cedência à banca, é uma enorme subserviência ao sistema bancário", acusou. Ventura sustentou que o fim da série E dos certificados de aforro, que entrou hoje em vigor, "vai limitar o rendimento de muitas famílias", quando há um "aumento brutal" da taxa de inflação, do custo de vida e do crédito à habitação. O líder do CHEGA antecipou as-

sim que o seu partido vai aprovar o requerimento apresentado pelo PCP para ouvir o secretário de Estado das Finanças sobre o assunto, mas considerou que não se pode "ficar por aí". "Fernando Medina é o maior responsável do Ministério das Finanças e é ele que deve explicar aos portugueses por que razão houve esta mudança tão drástica e tão relevante para a vida e para as poupanças dos portugueses", sustentou. Ventura anunciou assim que o CHEGA vai apresentar um requerimento para ouvir com urgência, no parlamento, Fernando Medina, assim como o presidente da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida

"Fernando Medina é o maior responsável do Ministério das Finanças e é ele que deve explicar aos portugueses por que razão houve esta mudança tão drástica e tão relevante para a vida e para as poupanças dos portugueses"

Pública (IGCP), Miguel Martin, por serem quem, "política e tecnicamente, mais conexos estão à situação intolerável de limitação" dos certificados de aforro. A par deste requerimento, o presidente do CHEGA adiantou que o seu partido questionou também Fernando Medina, através da Assembleia da República, sobre as condições em que os bancos vão poder passar a comercializar certificados de aforro. Entre as perguntas endereçadas, Ventura referiu que o partido quer saber "quanto é que os bancos vão ganhar por estarem a comercializar os certificados de aforro" e se "vai ou não haver comissão de intermediação destes produtos financeiros".

MARCELO LAMENTA TEMPORAL NA MADEIRA

POR AGÊNCIA LUSA

O Presidente da República lamentou hoje o temporal que está a afetar a ilha da Madeira e, a partir da África do Sul, expressou solidariedade para com aqueles que foram afetados pela chuva forte. "Permitam-me que eu diga uma palavra, com pena, com mágoa e com solidariedade relativamente ao que se está a passar na Madeira", declarou Marcelo

Rebello de Sousa aos jornalistas no Parque da Liberdade, em Pretória. Na África do Sul encontra-se também o presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, para participar nas comemorações do Dia de Portuga. O chefe de Estado referiu que Miguel Albuquerque "estava preocupado com a perspetiva de o temporal começar na Madeira". "E de facto começou, e agravou-se para além do que se esperava. E eu queria daqui

manifestar a solidariedade para com aqueles que sofreram as consequências desse temporal, que vamos ver como é que evolui, se chega e quando ao continente, e com que efeitos", acrescentou Marcelo Rebello de Sousa. A costa sul e as regiões montanhosas da ilha da Madeira estão sob aviso vermelho desde as 15h00 de segunda-feira devido à chuva forte e persistente por causa da passagem da depressão Óscar.

MINISTÉRIO DA SAÚDE ADMITE CONTRATAR MÉDICOS NO ESTRANGEIRO



POR AGÊNCIA LUSA

O Ministério da Saúde admitiu na passada terça-feira contratar médicos estrangeiros, uma possibilidade que será avaliada conforme os resultados dos concursos e do recrutamento de especialistas pelas próprias unidades do Ser-

viço Nacional de Saúde (SNS). O presidente da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) declarou-se esperançado em que a contratação de médicos estrangeiros pelo Ministério da Saúde possa atenuar a carência de médicos de

família na região. Pedro Ribeiro afirmou que vê com preocupação o facto de nenhuma das 26 vagas colocadas a concurso para contratação de médicos de família para a região ter sido preenchida, mas declarou-se "esperançado" que a contratação de clínicos estrangeiros possa ajudar a resolver a situação. O presidente da Câmara de Almeirim recordou a informação dada pelo ministro da Saúde, Manuel Pizarro, na reunião que teve com os autarcas da CIMLT, de que serão contratados médicos estrangeiros. O Ministério da Saúde salientou que, no recente concurso aberto em maio, foi possível contratar 314 novos médicos de medicina geral e familiar. Segundo adiantou o Ministério, este resultado significa também que o "SNS foi capaz de atrair para este concurso 36 especialistas que tinham terminado a especialidade noutros anos" e que estavam fora do serviço público. O número de utentes sem médico de família atribuído subiu 4,7% entre abril e maio deste ano, ultrapassando agora os 1,7 milhões, indica o portal da transparência do SNS. Segundo os dados consultados pela Lusa, em abril deste ano 1.678.226 pessoas não tinham médico de família, número que passou para os 1.757.747 utentes no prazo de um mês, o que representa um aumento de quase 80 mil utentes.

Comentário



OS CERTIFICADOS DE AFORRO E O PODER DA BANCA

POR RUI AFONSO
DEPUTADO DO CHEGA

O Governo suspendeu a comercialização da série E dos Certificados de Aforro (CA's) que eram remunerados a 3,5%, com um prazo de máximo de 10 anos, tendo criado a série F cuja remuneração reduziu para 2,5% e o prazo máximo aumentou para 15 anos. Esta substituição ocorreu logo após João Moreira Rato que é Presidente do Banco CTT (que foi Presidente do IGCP, ou seja, da Entidade responsável pela emissão dos CA's) ter "apelado" ao Governo para "interromper a emissão de Certificados de Aforro", obrigando à revisão em

“

Trata-se da maior fuga de depósitos nos Bancos desde que há registo

”

baixa das condições de comercialização dos CA's, porque só em janeiro deste ano saíram dos Bancos cerca de 2,5 mil milhões de euros, praticamente quase o mesmo valor que entrou nos CA's. Trata-se da maior fuga de depósitos nos Bancos desde que há registo. Atualmente, o valor subscrito em CA's é o mais alto desde 1998. A série E dos CA's estava a ser comercializada com uma taxa bruta de 3,5% e a remuneração dos Depósitos a Prazo convencionais nas melhores opções não passam os 1,75%. Sendo os CA's um produto de poupança que concorre diretamente com os DP's, a Banca, em vez de nivelar por cima a remuneração dos DP's para tentar superar os CA's, decidiu optar por fazer pressão sobre o Governo para reduzir a remuneração dos CA's, o que configura uma violação grosseira das leis de mercado e da livre concorrência.

Certificados de Aforro

DEPUTADOS QUEREM OUVIR SECRETÁRIO DAS FINANÇAS

POR AGÊNCIA LUSA

Os deputados aprovaram por unanimidade o requerimento apresentado pelo PCP para audição urgente do secretário de Estado das Finanças, João Nuno Mendes, sobre a suspensão de emissão de certificados de aforro da série 'E', tal como a parte do requerimento do BE que chamava este governante. Por outro lado, foi chumbada a parte do requerimento do BE que também chamava com caráter de urgência à Comissão de Orçamento e Finanças (COF) o ministro das Finanças, Fernando Medina, devido ao voto contra do PS. Pelo caminho ficou igualmente devido ao voto contra do PS, o requerimento do CHEGA para audição urgente do ministro das Finanças e do presidente do Conselho de Administração da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), Miguel Martín. Em causa está o fim da série 'E' dos Certificados de Aforro (CA) e início da série 'F', com uma remuneração mais baixa, a alteração que permite que a banca também poderá passar a ser um canal de venda deste produto financeiro. Durante a discussão sobre os requerimentos, o deputado do PCP Duarte Alves considerou que a Assembleia da República (AR) "não pode passar ao lado de uma decisão que afeta a poupança", mas também "a relação com a própria banca". Um argumento partilhado pela deputada do BE Mariana Mortágua que defendeu ser importante discutir o "momento da decisão tomada, depois da declaração dos bancos", bem como as comissões que a República vai ou não pagar aos bancos privados pela distribuição do produto. Também o deputado do CHEGA Rui Afonso sustentou que os CA são um "importante instrumento de poupança dos portugueses" e que "permite estar menos dependente do financiamento bancário". As subscrições de CA deixam de ser feitas apenas aos balcões dos CTT ou Espaços do Cidadão, passando também a estar disponíveis "nas redes físicas ou digitais de qualquer instituição financeira ou de pagamentos inscrita no Banco de Portugal e indicadas para o efeito pelo IGCP". A suspensão da série E e a sua substituição pela nova gerou várias críticas da oposição, que acusam o Governo de ceder ou fazer um favor aos bancos.

EXPECTATIVA QUANDO CENTENO SAIU DO GOVERNO ERA QUE TAP USASSE 900 MILHÕES

POR AGÊNCIA LUSA

O antigo ministro Mário Centeno disse que quando saiu do Governo, em 15 de junho de 2020, a expectativa era que a TAP usasse 900 milhões de euros, dos 1.200 milhões aprovados por Bruxelas cinco dias antes. O atual governador do Banco de Portugal respondia a perguntas do deputado do PSD João Barbosa de Melo, sobre o auxílio prestado em 2020, na sequência da pandemia de covid-19, que, tratando-se de um empréstimo, pressupunha a sua devolução, o que não aconteceu. Mário Centeno detalhou que se tratou de um empréstimo "ao abrigo de um artigo muito específico do tratado de funcionamento da União Europeia" e, segundo comunicação da Comissão Europeia, a "expectativa base" era que o valor fosse devolvido, mas, não sendo, desencadearia um processo de reestruturação, como veio a acontecer.

O antigo responsável pelas Finanças apontou que, enquanto foi ministro, a exposição do Estado ao risco da TAP, em termos de garantias, "reduziu-se drasticamente", de 465,9 milhões de euros em junho de 2017, para 141,9 milhões em 2020.

O PSD perguntou também sobre a comissão paritária de acompanhamento à TAP que estava prevista no processo de privatização,



mas que não chegou a ser constituída. "O facto da dita comissão paritária não existir, mas ela ser tão importante como o senhor deputado aqui releva, talvez justificasse que na pasta de transição

pudesse ter sido sinalizada a premissa absoluta de estabelecer essa comissão paritária e não foi isso que aconteceu", respondeu Mário Centeno, que já tinha dito antes que na pasta de transição

que recebeu da anterior ministra Maria Luís Albuquerque não constava qualquer referência à TAP, reiterando que no dia em que tomou posse como ministro, em 16 de novembro de 2015, não tinha

informação sobre o tema. E acrescentou: "a urgência não era suficiente para incluir um ponto na pasta de transição ao ministro das Finanças que se seguia. A TAP não era privada, totalmente privada. A TAP tinha capital público ainda e, portanto, talvez houvesse aí alguma contingência adicional para se

"Quando saiu do Governo, em 15 de junho de 2020, a expectativa era que a TAP usasse 900 milhões de euros, dos 1.200 milhões aprovados por Bruxelas cinco dias antes"

poder fazer menção disso ao ministro das Finanças". Apesar disto, Mário Centeno considerou que entre uma comissão paritária, que faz um acompanhamento externo, e ter sete membros no Conselho de Administração, como fez o Governo que integrou, o segundo modelo "era muito mais eficaz" para efeitos de monitorização da empresa. Já questionado pelo deputado do BE Pedro Filipe sobre os 55 milhões de euros pagos ao ex-acionista David Neeleman para sair da companhia aérea, Mário Centeno lembrou que naquele momento não tinha qualquer responsabilidade governativa.

IVAUCHER FOI INOVADOR MAS "FICOU AQUÉM", DIZ TRIBUNAL DE CONTAS

POR AGÊNCIA LUSA

Num comunicado, a entidade revelou que o programa IVAucher, criado no âmbito da pandemia, para estímulo ao consumo nos setores do alojamento, cultura e restauração, "foi oportuno e potenciou a faturação", sendo que, de acordo com o TdC, "os comerciantes aderentes do setor da restauração registaram no último trimestre de 2021 um acréscimo de 7% (face ao trimestre anterior e em oposição ao decréscimo registado no caso dos

comerciantes não aderentes)". No entanto, o exame do Tribunal de Contas concluiu "que o estímulo induzido ficou aquém do esperado", devido ao "baixo nível de adesão" resultante de "um conjunto de fragilidades" identificadas pelo TdC.

Assim, "o nível de adesão por parte dos comerciantes limitou-se a 17% do total (9.499 comerciantes) e, por parte dos consumidores, cobriu apenas cerca de metade (1,5 milhões) do número total dos que efetuaram

consumos nesses setores". Por isso, "também os benefícios pagos, que totalizaram 38 milhões de euros, representam menos de metade do valor acumulado para o efeito e 20% do valor previsto no Orçamento do Estado", destacou a entidade. O IVAucher permitiu ao consumidor acumular o valor correspondente ao IVA nos consumos nos setores do alojamento, cultura e restauração, durante um trimestre e usá-los nos mesmos setores, noutro trimestre.

COMBUSTÍVEIS PREÇO MÉDIO SEMANAL SOBE

POR AGÊNCIA LUSA

O preço médio semanal, calculado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), subiu 0,5% para a gasolina e 1,3% para o gasóleo, em comparação com a semana anterior, foi divulgado esta semana.

"O preço eficiente registou uma atualização, face à semana passada, de +0,5% para a gasolina e de +1,3% para o gasóleo", lê-se no relatório semanal de supervisão de preços da Entidade Reguladora dos Ser-

viços Energéticos (ERSE). Na semana de 05 a 11 de junho, o preço eficiente antes de impostos é de 0,861 euros por litro de gasolina 95 simples e de 0,808 euros por litro para o gasóleo simples. Já com os impostos, o preço eficiente é de 1,737 euros por litro de gasolina 95 simples e de 1,514 euros por litro de gasóleo simples. Recorde-se que segundo a ERSE o consumo de combustíveis em Portugal diminuiu 5,5% em abril, face a março.

Opinião


CADA CANTO, CADA RUA, CADA COMUNIDADE

POR **MIGUEL CASTRO**
PRESIDENTE DO CHEGA MADEIRA

Muita classe política ainda acredita que é possível gerir a Causa Pública sem conhecer o país real, sem ir ao encontro do cidadão e sem ouvir, com atenção, interesse, humildade e sensibilidade, as suas expectativas sobre o presente e as esperanças que depositam no futuro. Embebidos na falsa noção de que a população existe para suportar, com os seus impostos, a pesada factura dos luxos, vícios e mordomias de certos partidos e de outros tantos detentores de cargos públicos, tal gente tem contribuído de forma desastrosa para a degradação da imagem pública das instituições e para o agravamento do fosso entre governantes e governados, corroendo, assim, os pilares éticos e morais que sustentam o edifício da Democracia.

Totalmente diferente tem sido a postura do CHEGA-Madeira. Porque acreditamos que a única política que vale a pena é aquela que tem na pessoa o seu propósito essencial, recusamos inequivocamente a noção de que a governação é um jogo exclusivo dos partidos, definido nos corredores obscuros do poder, onde, nas costas dos eleitores, certos líderes sacrificam o Bem Comum no altar dos interesses económicos que lhes oferecem mais vantagens. Pelo contrário, como a grande maioria dos cidadãos, o nosso partido está farto das irresponsabilidades que têm caracterizados as últimas décadas da política social-democrata na Região Autónoma da Madeira e está mais do que preparado para assumir com os madeirenses e portosantenses um compromisso firme de proximidade, abertura e total transparência, que tem na reforma do sistema político e na humanização da governação os seus dois principais pilares.

Inspirados por estes dois conceitos, o programa eleitoral que tem vindo a ser ultimado pela nossa equipa de trabalho e que pretendemos colocar à consideração da população após o agendamento do próximo sufrágio irá propor medidas concretas e exequíveis em doze áreas que consideramos fundamentais para a governação regional, identificando iniciativas práticas em secto-

res desde a Administração Pública, Autonomia, Segurança, Identidade Cultural, Transportes e Coesão Social à Economia, Saúde, Família, Educação, Ambiente e Sector Primário. Porque a população da Madeira e do Porto Santo merece muito mais do que os exercícios de retórica, que embalam o povo numa hipnose constante, encaramos o nosso programa como um compromisso sério e inviolável, que adotamos com o mais profundo sentido de responsabilidade e que queremos trazer a efeito, caso sejamos merecedores da confiança dos eleitores.

Nas diversas ações partidárias que temos vindo a desenvolver, com maior incidência nas últimas semanas, temos sempre privilegiado o contacto direto com a população, sendo que as conclusões mais evidentes das milhares de conversas que temos travado com os cidadãos comuns é que os políticos têm de urgentemente rever e atualizar o seu código conduta, honrando a 'res publica', a transparência na ação governativa e a luta contra a corrupção, a todos os níveis. Porque tais conceitos procedem naturalmente da matriz identitária do CHEGA-Madeira, não nos surpreende a afinidade que cada vez mais sentimos nas pessoas com quem nos temos vindo a cruzar, que depositam em nós a sua confiança numa Região mas equilibrada do ponto de vista económico e social.

Mais do que palpites, as pessoas pedem-nos trabalho. Mais do que intenções, as pessoas pedem-nos foco. Mais do que debates estéreis e de baixo nível, as pessoas pedem-nos seriedade. E, à medida que se aproxima o grande teste das eleições, sentimos estes reptos com enorme espírito de missão e indubitável motivação para continuar a trilhar cada canto, cada mercado, cada rua e cada comunidade, levando, conosco, a coragem para escrever uma nova página no percurso político da Região, definida por opções fundamentadas em prol daqueles que querem um futuro melhor para os seus filhos e para os seus netos. Uma Madeira para todos e não uma Madeira para alguns!



Mais do que intenções, pedem-nos foco. Mais do que debates estéreis e de baixo nível, pedem-nos seriedade.

↳ Miguel Castro



A 'guerra de informação' pode influenciar de uma forma geral toda a sociedade, e apresenta-se como uma nova forma de 'guerra'

↳ Oliver de Brito

Opinião


INFORMAÇÃO, SER OU NÃO SER

POR **OLIVER DE BRITO**
FUNCIONÁRIO PÚBLICO

O presente tema sobre as chamadas "secretas" está inevitavelmente na ordem do dia mas ao invés de o enquadrar no contexto da actualidade informativa, pretende-se trazer à luz do dia alguns pontos de referência sobre uma prática e uma dinâmica muito própria, que tem, por parte da população em geral, pouco escrutínio e ainda envolto numa certa aura de secretismo.

A informação é certamente uma prática tão antiga quanto a guerra. Ao longo do tempo, a actividade dos serviços de Inteligência torna-se profissionalizante e afirma-se como suporte às exigências políticas e militares, tendo cada Estado a necessidade de colectar informações sobre as actividades de outros Estados. Os objectivos são vários: defender a segurança nacional e fora do estado, mas também influenciar sub-repticiamente a política e as relações de e com outros países. Para isso, os serviços de informação devem neutralizar as ameaças mais difusas, subterrâneas e disseminadas que constituem não a espionagem tradicional – inteligência militar, política e económica – mas igualmente as mais subtis como a desinformação e a intromissão nos assuntos políticos, económicos e culturais.

A intervenção dos serviços de inteligência ao nível económico nunca foi uma novidade. Esta função existe e é justificada por questões de segurança nacional, porque os imperativos da segurança nacional se estendem não só para a defesa do território, população e recursos nacionais mas também para a preservação da capacidade económica da nação. O conceito de segurança nacional leva em conta a segurança das suas empresas, que vai desde um negócio que prospera e que inova tornando-se fonte de riqueza para a economia no seu conjunto. Assim, o Estado pode mobilizar todos os meios à sua disposição e alcance para proteger seus interesses (a partir de uma perspectiva defensiva) ou proferir declarações de poder (numa perspectiva ofensiva). É neste sentido que os serviços de informações são requisitados. A acção, hoje em dia, dos ser-

viços de Inteligência direccionam-se mais numa perspectiva económica, a fim de fornecer informações vitais para os estados para a escolha das suas políticas económicas.

Estas mudanças na maneira de comunicarmos mudou drasticamente a abordagem que se tinha até agora dos serviços de inteligência e, em particular os métodos de recolha de dados. Novas disciplinas bem como novas tecnologias, apareceram no âmbito da inteligência militar e civil. Dentro destas se destaca a ciber-inteligência, sendo uma disciplina que estava particularmente a atrair a atenção do sector privado nas últimas décadas.

A "guerra de informação" pode influenciar de uma forma geral toda a sociedade, e apresenta-se como uma nova forma de "guerra", que ultrapassa as próprias operações essencialmente militares, e, tem implicações de uma forma significativa a nível global, nas actividades das diversas áreas e sectores sócio-económicos, e muito em particular no âmbito da Segurança e defesa.

O conceito de "guerra de informação" (Information Warfare) propriamente dita, numa análise em sentido restrito do termo, corresponde à utilização da "informação" que apresenta aspectos de conflitualidade entre actores de uma sociedade. O uso da "informação" num contexto em que os aspectos legais e éticos são garantidos para atingir objectivos de melhoria da competitividade empresarial, pode enquadrar-se em actividades como a "gestão de conhecimento" (Knowledge Management), "Business Intelligence", "Competitive Intelligence" ou em outros contextos ou conceitos, inerentes a aspectos da gestão organizacional. Neste caso, em particular na gestão empresarial, a melhoria da produtividade e do desempenho são em geral objectivos necessários a alcançar, neste mundo cada vez mais competitivo.

Talvez fique mais claro a interferência do SIS na apreensão do computador do Dr. Frederico Pinheiro, no sentido de se apropriar de informação classificada, diga-se dossier TAP, e assim garantir a sua confidencialidade máxima.



KIEV ACUSA RÚSSIA DE DESTRUIR BARRAGEM E ALERTA PARA INUNDAÇÕES

POR AGÊNCIA LUSA

As autoridades ucranianas acusaram as tropas russas de fazerem explodir a barragem da central hidroelétrica de Kakhovka e pediram aos residentes nas zonas junto ao rio Dniπρο, no sul da Ucrânia, que abandonem as habitações. O Comando Sul das Forças Armadas ucranianas avançou a destruição da infraestrutura, a 60 quilómetros da cidade de Kherson, e indicou que está a investigar a extensão dos danos, bem como a velocidade e a quantidade de água que deverá

afetar as áreas vizinhas.

O chefe da Administração Militar Regional de Kherson, Oleksandr Prokudin, disse, num vídeo publicado na plataforma Telegram, pouco antes das 07:00 (05:00 em Lisboa), que "o exército russo cometeu mais um ato de terror" e alertou que a água deverá atingir "níveis críticos" dentro de cinco horas. O Ministério do Interior ucraniano pediu aos residentes de 10 aldeias na margem direita do rio Dniπρο e de partes da cidade de Kherson que reúnam os documentos essenciais e animais de

estimação, desliguem os aparelhos elétricos e abandonem as casas. Imagens que circulam nas redes sociais, e que parecem ser de uma câmara de vigilância, com vista para a barragem, mostram um foco de luz, uma explosão e a barragem a desabar. O chefe do gabinete da Presidência ucraniana, Andriy Yermak, revelou que o Presidente Volodymyr Zelensky, convocou, de forma urgente, uma reunião do Conselho de Segurança do país, após "mais um crime de guerra cometido pelos terroristas russos". Em resposta,

"O Ministério do Interior ucraniano pediu aos residentes de 10 aldeias na margem direita do rio Dniπρο e de partes da cidade de Kherson que reúnam os documentos essenciais e animais de estimação, desliguem os aparelhos elétricos e abandonem as casas"

Moscovo disse que a barragem desmoronou "devido a danos" causados pelo conflito, confirmando que os terrenos próximos estão a sofrer inundações. "A barragem não aguentou, um suporte desabou e a inundação começou", disse uma fonte à agência de notícias oficial russa TASS. A Ucrânia e a Rússia tinham vindo a trocar acusações sobre alegados ataques à barragem e, em outubro, Zelensky avisou que a Rússia tinha colocado explosivos na estrutura para causar uma inundação e dificultar o avanço das tropas ucranianas.

MORRE EM PRISÃO DOS ESTADOS UNIDOS AGENTE DO FBI CONDENADO POR ESPIAR PARA A RÚSSIA

POR AGÊNCIA LUSA

O agente norte-americano do FBI Robert Hanssen, espião para a extinta União Soviética e depois para a Rússia, morreu na passada segunda-feira numa prisão nos Estados Unidos onde cumpria 15 penas consecutivas de prisão perpétua por trair os Estados Unidos. Robert Hanssen, de 79 anos, foi "encontrado inconsciente" por volta das 07:00 horas locais (13.00 GMT), na prisão federal "Supermax" em Florence, no

Colorado, onde estava desde 2002, informaram os serviços prisionais norte-americanos em comunicado. A nota, sem fornecer detalhes sobre o motivo da morte, especifica que nenhum prisioneiro ou funcionário da prisão foi ferido e que não houve perigo para o público. Robert Hanssen foi preso em 2001 e declarou-se culpado de 15 acusações de espionagem por vender material confidencial à União Soviética e à Rússia durante os últimos anos da Guerra Fria.



LONDRES ORDENA O ENCERRAMENTO DE ALEGADAS ESQUADRAS CHINESAS CLANDESTINAS

POR AGÊNCIA LUSA

A diplomacia de Londres "notificou a Embaixada da China que qualquer função relacionada tal 'esquadra de polícia' no Reino Unido era inaceitável e que elas não deveriam operar sob nenhuma circunstância", disse o secretário de Estado da Segurança, Tom Tugendhat, numa declaração por escrito ao parlamento. Em resposta, as autoridades chinesas prometeram fechar as alegadas esquadras, de acordo com o comunicado

de imprensa do secretário de Estado. A presença destas instalações foi mencionada no Reino Unido, mas também em França, nos Estados Unidos e igualmente em Portugal, mas a China sempre negou a sua existência. O Ministério do Interior do Reino Unido e a polícia de Londres lançaram investigações depois de o grupo de direitos humanos Safeguard Defenders ter documentado a existência destes locais no ano passado.

70% DOS CIDADÃOS DA UE SENTEM IMPACTO DAS DECISÕES DE BRUXELAS



POR AGÊNCIA LUSA

Um total de 71% dos cidadãos dos 27 acreditam que as ações da UE têm impacto diário nas suas vidas, conclui um Eurobarómetro do Parlamento Europeu (PE) feito no mês de março e apresentado em conferência de imprensa,

em Bruxelas, segundo o qual 28% desvalorizam o impacto de Bruxelas nas suas vidas e apenas 1% não tem opinião sobre o assunto. Mais de 85% dos cipriotas e malteses receiam o impacto que as decisões tomadas em Bruxelas tenham nas suas vidas, enquan-

to os cidadãos da Bulgária, Itália e Letónia temem a influência europeia na vida quotidiana.

Em Portugal, 80% dos inquiridos sentem o impacto das decisões tomadas em Bruxelas. O país ocupa o sétimo lugar entre os países mais preocupados com a influência da UE na vida nacional, ultrapassado apenas pelo Chipre, Malta, Luxemburgo, Grécia, Eslováquia e Alemanha. Em relação às matérias sobre as quais a UE tem tido um poder de decisão maior nos últimos anos, a maioria dos cidadãos europeus que responderam ao Eurobarómetro estão satisfeitos (69%) com o apoio prestado à Ucrânia desde o início da invasão russa, mas apenas 43% acham que a UE está a fazer um bom trabalho nas políticas de migração e asilo. O Eurobarómetro, apresentado a menos de um ano das próximas eleições europeias, também aponta que 54% dos cidadãos europeus querem que o PE desempenhe um papel mais importante na vida europeia. O Parlamento Europeu, composto por 705 deputados, não tem força legislativa, mas mais de metade dos inquiridos quer que o único órgão para o qual votam tenha um papel mais preponderante nas políticas que Bruxelas adota. A defesa pela democracia continua a ser o tópico mais preocupante para os cidadãos europeus, mas 38% também querem que o PE comece a olhar para a pobreza e exclusão social.

PENTÁGONO DENUNCIA AÇÕES ARRISCADAS DA CHINA NA ÁSIA

POR AGÊNCIA LUSA

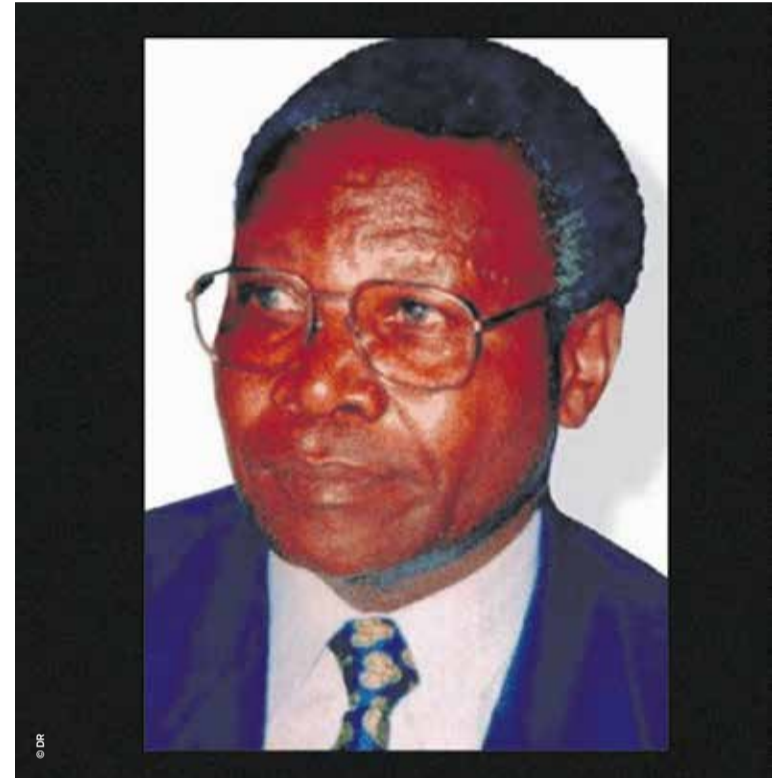
“Continuamos preocupados com as atividades cada vez mais arriscadas e agressivas do Exército de Libertação Popular [chinês] na região, incluindo nos últimos dias”, disse o porta-voz do Pentágono, o general Pat Ryder, que participa com o secretário da Defesa dos EUA, Lloyd Austin, no Diálogo de Shangri-La, uma conferência de segu-

rança a decorrer em Singapura. As declarações surgem após dois incidentes que envolverem, as forças armadas dos EUA e da China no Estreito de Taiwan e no Mar do Sul da China. A Marinha dos Estados Unidos acusou um navio chinês de fazer um movimento perigoso perto de um contratorpedeiro dos EUA que navegava no Estreito de Taiwan, acompanhado por uma embarcação canadiana. Segundo os EUA, o seu avião

“estava a realizar operações seguras e de rotina no espaço aéreo internacional sobre o Mar do Sul da China, de acordo com o direito internacional”.

Na mesma nota, o Comando para o Indo-Pacífico dos Estados Unidos assegurou que os EUA “vão continuar a voar, navegar e operar com segurança e responsabilidade onde quer que os regulamentos internacionais o permitam”, incluindo na região do Indo-Pacífico.

FINANCIADOR DO GENOCÍDIO NO RUANDA INAPTO PARA SER JULGADO



POR AGÊNCIA LUSA

Um tribunal da ONU declarou que Felicien Kabuga, de 80 anos, alegado financiador do genocídio de 1994 no Ruanda, “está inapto” e, portanto, não irá ser julgado. O tribunal disse que os juízes consideram que Kabuga “é incapaz de participar de forma

gamento, mas sem a possibilidade de condenação”.

Em março, os juízes suspenderam o julgamento de Kabuga, depois de o tribunal ter recebido um relatório médico independente sobre a aptidão do suspeito para ser julgado.

Na abertura do julgamento de Kabuga, em setembro de 2022, os promotores acusaram-no de desempenhar um papel fundamental no genocídio, incluindo a entrega em massa de catanas e a administração da famosa Radio Télévision Libre des Mille Collines (RTL), que transmitiu apelos para o assassinio de tutsis.

O antigo empresário, de 88 anos, recusou-se a comparecer em tribunal ou remotamente no início do julgamento, e depois participou por videoconferência, sentado numa cadeira de rodas, a partir da Unidade de Detenção da ONU em Haia.

Kabuga encontra-se na prisão da ONU em Haia desde a detenção em 2020, perto de Paris, depois de 25 anos em fuga, enfrenta as acusações de genocídio, incitação direta e pública à prática de genocídio, e crimes contra a humanidade, incluindo perseguição e extermínio.

“Os promotores acusaram-no de desempenhar um papel fundamental no genocídio, incluindo a entrega em massa de catanas e a administração da famosa Radio Télévision Libre des Mille Collines”

significativa no seu julgamento e que é altamente improvável que ele regresse a uma boa condição [de saúde] no futuro”, de acordo com um comunicado. O tribunal, com sede em Haia, disse estar a procurar uma alternativa “que se assemelhe tanto quanto possível a um jul-



Opinião



OS PORTUGUESES NÃO NOS PERDOARÃO!

POR FRANCISCO GOMES
CONSULTOR

O nosso percurso coletivo dos últimos anos demonstra que, como Povo, somos capazes do melhor. Por isso mesmo, não podemos deixar de sentir orgulho nos portugueses que trabalham de forma dedicada para dar uma vida digna aos seus filhos, naqueles que são solidários para com os mais carenciados, naqueles que buscam a competência nas missões que recaem sobre os seus ombros e também naqueles que levam alto a nossa bandeira, seja nas artes, nos palcos, nos recintos desportivos, no mundo empresarial ou nos horizontes da inovação. Porém, não é menos verdade que também somos capazes do pior e de alimentar situações que nos diminuem, envergonham, rebaixam e em nada contribuem para a edificação de uma sociedade mais humana e mais sensível às aspirações e preocupações dos seus cidadãos.

Nesse âmbito, o que se tem vindo a passar nos corredores da governação indica que atingimos um grau de intoxicação política que não só nos afasta de todo e qualquer mecanismo normal numa democracia (como o escrutínio ou a exigência de responsabilidades para quem as tem), mas também sacrifica a o Bem Comum às mãos de gente cuja conduta e propensão para a mentira compulsiva, para o estigma ensaiado, para a falta de competência e para a negação do pensamento crítico certifica que o presente, tal como o passado recente, está nas mãos de pequenos déspotas que precisam do Estado para as suas negociatas, para os seus pequenos jogos de influência e para o seu carreirismo por conta do erário público. Em suma, uma total ausência de ética política, de bom senso e até de vergonha na cara, que nos toma por idiotas úteis numa farsa sobre o que é ser uma Democracia madura.

Mas porque o futuro não se constrói fingindo que o tempo resolverá aquilo que os líderes foram incapazes de reconhecer como decisivo, nem tentando normalizar padrões de conduta inaceitáveis, é preciso saber romper com as discus-

sões estereis e abraçar as opções fundamentadas. É preciso abandonar as boas intenções e investir nas estratégias exequíveis. É preciso afastar os críticos que nivelam tudo por baixo e dar voz a quem valoriza o mérito e não troca a verticalidade do carácter pelas banalidades de pequenas ambições. Aliás, é mais do que tempo para um novo tempo – e para abraçar com genuinidade e sem calculismos a difícil tarefa de reformar a asfíxiante máquina do Estado. Até porque qualquer cidadão que tem de fazer contas à vida para poder honrar os seus compromissos já se fartou do entretenimento barato em curso na mais alta governação e não vai mais tolerar aqueles que, sem noção, falam do que não sabem, roubam o que não produzem, taxam o que não ganham, criticam o que não percebem e enganam quem, com o suor do seu trabalho, sustenta a sua existência.

Porque vem aí um ciclo de três actos eleitorais, que terá o seu início no duro teste que o partido enfrenta nas eleições legislativas na Madeira, é importante que nos lembremos que, depois de quatro anos em que o CHEGA andou (e bem) a defender a mudança do sistema político e o combate acérrimo à corrupção e às redes de interesse, construindo uma imagem de reformismo humanista, os portugueses não nos perdoarão se falharmos nos objectivos, se formos subservientes aos poderes instalados ou se não soubermos assumir, de forma muito clara, uma postura contrária aos malabarismos e às incompetências que nos conduziram ao fosso em que o país está mergulhado. No sufrágio na Madeira e, depois, nas eleições europeias e nacionais, joga-se o futuro de Portugal e a recuperação da nossa Democracia. Cabe a nós trabalhar de forma humilde para não deixar estas oportunidades escapar por entre os dedos, trazendo a todo o país, desde a parcela continental às autonomias, um orgulhoso recomeço, pautado pela seriedade, pela integridade e pela certeza num país melhor.



O futuro não se constrói fingindo que o tempo resolverá aquilo que os líderes foram incapazes de reconhecer

Francisco Gomes



Lisboa e os concelhos arredores são neste momento o epicentro deste flagelo demográfico

Ricardo Reis

Opinião



UBER(ISTÃO)

POR RICARDO REIS
DIREÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE CHEGA

Uma reportagem recente colocou a nú um problema conhecido e vivido por todos os portugueses que utilizem os transportes de passageiros denominados TVDE, nos dias de hoje infestados de motoristas oriundos da registão do Indostão. Muitos chegam a Portugal, e mesmo sem carta, ou qualquer documento de identificação, realizam testes para a profissão (em português, mesmo sem falar a língua), e em poucos dias têm carteira de motorista. A esta problemática legal e de segurança, acrescem denúncias de falta de higiene e de atitudes agressivas e de desrespeito, principalmente com mulheres, existindo vários casos de assédio.

A lei indica que para trabalhar em transporte de passageiros, em veículos descaracterizados, é obrigatório estar certificado, através de um curso teórico e prático, ministrado em português e ter um certificado de motorista TVDE atribuído pelo IMT, obviamente sendo fundamental ter carta de condução. Sendo o curso ministrado em português, causa estranheza como é que pessoas oriundas de países do Indostão, acabados de entrar (em muitos casos ilegalmente) em território nacional, e sem qualquer tipo de conhecimento na língua portuguesa, conseguem realizar esse curso e o respetivo teste. Muitas são as denúncias de esquemas de aprovação de motoristas sem o respetivo curso, mas a realidade é este cenário se tem vindo a agravar e a impactar noutros níveis do serviço.

As queixas dos vários passageiros centram-se também em matéria de higiene, estando os veículos constantemente sujos, cheirando terrivelmente, em muitos casos até com restos de comida ou roupas usadas. Aliada a esta questão, está também a segurança, multiplicando-se os relatos, como presentes na reportagem, de passageiras assediadas de forma agressiva e insistente, ou quase violadas, que chegam a afirmar nunca mais utilizar transportes TVDE. Esses comportamentos agressivos são muitas vezes motivados por culpa dos próprios motoristas, que não falando a língua local se recusam a responder aos passageiros, criando confusões nos locais

de recolha ou noutros temas, e originando realções desagradáveis e até violentas dos mesmos, pelo facto de a pessoa falar em português.

Numa Europa dirigida por organizações europeias focadas numa agenda, que visa a substituição demográfica, buscando permitir a entrada de migrantes de países de terceiro mundo, sem respeito ou consideração por regras de sociedade, pelas mulheres, por princípios de higiene ou pela cultura do país e da sua população, está a originar um choque cultural grande, com tendência a agravar-se, e patente nas interações interculturais, por exemplo neste cenário dos transportes TVDE, resultando num sentimento de medo e insegurança da população portuguesa em utilizar os mesmos. Esta política de portas abertas vai transformando Portugal numa nação, que sendo por si só já uma das mais pobres da Europa, se vai tornando aos poucos mais insegura, devido ao aumento galopante da imigração de países do Indostão, e das consequências que o choque cultural traz para a população nacional, que aos poucos se vai sentindo minoria numa terra que é sua. Lisboa e os concelhos arredores são neste momento o epicentro deste flagelo demográfico, com implicações diretas e crescentes para a segurança dos habitantes locais, que vêem as suas cidades recheadas de imigrantes totalmente deslocados cultural e socialmente da realidade nacional, e sem qualquer vontade de se integrarem nas mesmas. O exemplo dos TVDE é o retrato perfeito de uma política europeia, já enraizada e promovida pelo governo socialista, de importação de mão de obra não qualificada, sem qualquer cuidado com as consequências sociais da mesma, nem com o impacto a nível de segurança para os portugueses. É necessário colocar os portugueses primeiro, respeitando a cultura e a lei, e não permitindo escândalos de acesso a licenças de forma dúbia e ilegal, nem a entrada em território nacional e concessão de vistos de residência por parte da administração pública a migrantes de forma criminosa, por associação direta com redes de passagem ilegal de migrantes.

Um ano de **Folha Nacional**

“DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE”

N POR FOLHA NACIONAL

Contar a história do Folha Nacional é falar sobre uma vontade enorme de informar os leitores sem qualquer tipo de censura.

É também contar a história das peripécias, dos avanços e recuos, das horas sem dormir, das dificuldades, mas também, e especialmente, do sentimento de dever cumprido.

Mas comecemos pelo princípio. A ideia surgiu vários meses antes do lançamento do primeiro número, a 10 de junho.

Todas as notícias que líamos, víamos e ouvíamos não contavam os factos todos e tantos outros factos não eram sequer mencionados. Por falta de espaço nos jornais? Por falta de tempo nos telejornais ou nos noticiários da rádio? Não sabemos, mas também não é isso que importa. O que realmente importa é mostrar aos leitores o trabalho que é feito pelo país nos vários setores que compõem a nossa sociedade.

Por isso, dissemos: vamos criar um jornal. A primeira fase – ter coragem para avançar com um projeto disruptivo – estava alcançada. A esta fase seguiram-se as dúvidas: que nome vamos dar ao jornal? De que cor deve ser o logótipo? Quantas páginas terá? O que vamos escrever?

Durante meses preparámos tudo para que, a 10 de junho – Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas – estivesse disponível no nosso site a nossa primeira capa.

Sim, inicialmente lançámos apenas uma capa, mas rapidamente percebemos que tal não era suficiente e logo avançámos para uma edição em pdf, disponibilizada todos os sábados de manhã no nosso site, ao mesmo tempo que era enviada por email para os nossos subscritores. E daí a lançarmos a nossa edição impressa foi um pulinho: cinco meses.

A 5 de novembro chegou às papelarias, tabacarias, postos de combustível e supermercados do continente e ilhas a primeira edição impressa do Folha Nacional. E que sucesso foi com milhares de exemplares vendidos.

O processo de encerramento do jornal foi bastante atribulado. Contávamos ter o jornal pronto às 20h para enviar para



Lançamento

10 de junho de 2022



Primeira edição trimestral impressa

5 de novembro de 2022



Segunda edição trimestral impressa

4 de fevereiro de 2023

Primeira edição semanal impressa

17 de fevereiro de 2023



Atualmente

9 de junho de 2023

a gráfica, mas rapidamente chegaram as 22h, as 00h, as 02h e já eram quase 04h quando conseguimos finalizar tudo. Foi difícil, mas quando saímos da redação tínhamos um sentimento de dever cumprido – e muita fome, pois não jantámos (valeram-nos os reбуçados que tínhamos connosco)! No caminho para casa ainda tentámos comer alguma coisa nalguma cadeia de fast-food, mas estavam todas fechadas! No dia seguinte, as olheiras não deixavam esconder a hora a que nos tínhamos deitado, mas a alegria que trazíamos connosco era evidente nos nossos sorrisos.

O grande desafio que tínhamos em mãos tinha sido cumprido e com sucesso e o feedback que recebemos dos leitores compensou todo o esforço que aplicámos nesta missão. A versão impressa começou por ser trimestral e, por isso, a 4 de fevereiro seguiu para venda a segunda edição. Desta vez, conseguimos cumprir com o horário que tínhamos estipulado para enviar para a gráfica. Novamente, o sucesso do qual nos foi dado feedback pelas redes sociais deixou-nos orgulhosos e, por isso, começámos a pensar: “E se fizéssemos isto todas as semanas e de forma gratuita para os leitores?” Ora, como dizia Fernando Pessoa, “Deus quer, o homem sonha e a obra nasce”. Assim, desde 16 de fevereiro que o nosso jornal é distribuído gratuitamente, todas as sextas-feiras de manhã em várias zonas do país.

Atualmente, os leitores podem encontrar os nossos jornais nos distritos de Lisboa (Cais-do-Sodrê, Campo Grande, Loures, Sintra, Odivelas, Oeiras, Vila Franca de Xira e Azambuja e, a partir da próxima semana, Lourinhã e Amadora), Setúbal, Braga, Porto (Campanhã), Viana do Castelo, Faro, Leiria, Madeira, França (Paris) e, também a partir da próxima semana, Viseu. Aveiro está também para breve.

Sim, o nosso objetivo é ter uma rede de distribuição gratuita em todo o país e, graças a si que nos acompanha e apoia o nosso trabalho, vamos conseguir. Quando vir alguém com um coleite amarelo a querer entregar-lhe um jornal já sabe: somos nós!

Uma viagem pelo processo de construção de uma edição

Pesquisa e edição



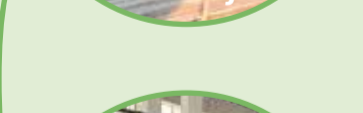
Revisão de conteúdos



Montagem gráfica do jornal



Impressão e Distribuição



Entrega em mãos



DOIS CIRURGIÕES EM FARO SUSPENSOS POR MÁ PRÁTICAS

Dois cirurgiões do Hospital de Faro foram suspensos preventivamente, por seis meses, na sequência das denúncias de más práticas feitas em abril por uma médica interna, confirmou o bastonário da Ordem dos Médicos (OM). Os dois médicos "estão suspensos por um prazo de seis meses. É uma suspensão preventiva dado haver fortes indícios de má prática", adiantou Carlos Cortes à agência Lusa.

PSOE EM ESPANHA PERDE GOVERNO DAS CANÁRIAS

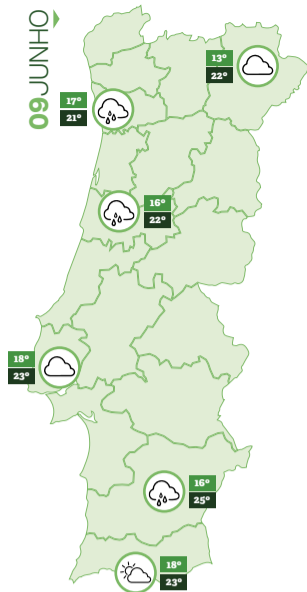
O primeiro acordo de governo numa região espanhola após as eleições de 28 de maio será assinado esta semana e vai tirar o Partido Socialista (PSOE) do poder nas Canárias. PSOE ganhou as regionais no arquipélago das Canárias, mas sem maioria absoluta, e deixará de governar a região na sequência de um acordo para uma coligação governamental.

GOVERNO APROVA PRIVATIZAÇÃO DA EFACEC

Governo anunciou no fecho da edição do Folha Nacional que aprovou a proposta da alemã Mutares para a privatização da Efacec. O negócio deve ser fechado nos próximos dois meses, faltando apenas a aprovação da União Europeia, em particular da direção-geral da concorrência. O valor da venda ainda não está fechado, mas o Governo acredita que vai conseguir recuperar tudo o que investiu.

PAPA ESTÁ BEM E GRACEJOU APÓS A OPERAÇÃO

O Papa Francisco encontra-se "bem, desperto e consciente e já disse uma piada" após a intervenção cirúrgica a uma hérnia abdominal a que foi submetido na passada quarta-feira no hospital Gemelli, em Roma, anunciou o cirurgião que o operou, Sergio Alfieri. Recorde-se que o Papa Francisco estará em Portugal entre 02 e 06 de agosto para presidir à Jornada Mundial da Juventude.



Meteorologia

PORTO	COIMBRA	LISBOA	FARO
sábado 10/06 16° / 21°	sábado 10/06 16° / 23°	sábado 10/06 17° / 24°	sábado 10/06 16° / 24°
domingo 11/06 15° / 22°	domingo 11/06 15° / 24°	domingo 11/06 17° / 25°	domingo 11/06 17° / 25°
segunda-feira 12/06 16° / 22°	segunda-feira 12/06 15° / 23°	segunda-feira 12/06 18° / 25°	segunda-feira 12/06 17° / 25°
terça-feira 13/06 16° / 22°	terça-feira 13/06 16° / 23°	terça-feira 13/06 17° / 25°	terça-feira 13/06 17° / 27°
quarta-feira 14/06 16° / 24°	quarta-feira 14/06 15° / 24°	quarta-feira 14/06 17° / 25°	quarta-feira 14/06 17° / 28°
quinta-feira 15/06 17° / 25°	quinta-feira 15/06 16° / 26°	quinta-feira 15/06 18° / 29°	quinta-feira 15/06 19° / 29°

Insólito da Semana

O MELHOR ATOR... A FAZER-SE DE MORTO!



Digamos que quando achamos que já vimos tudo na vida é porque afinal ainda não vimos nada! Josh Nalley, gerente num restaurante no Kentucky, nos EUA, tornou-se famoso ao publicar no seu Tik Tok (@living_dead_josh) fotos e vídeos a fazer-se passar por um morto. Tendo imagens e vídeos deitados de bruços na margem de um rio, deitado no passeio da fama, deitado

no chão da sala de jantar enquanto a sua família comia à mesa ou simplesmente deitado numa estrada. O mais insólito desta notícia é que após a sua dedicação e criatividade no Tik Tok, 321 dias depois surgiu-lhe um convite inesperado! O convite inesperado veio nada menos do que da CBS TV a oferecer um papel na série criminal "CSI: Las Vegas", papel esse que Josh aceitou.

O ator contou ao jornal Courier Journal que esta ideia surgiu depois de ter visto uma mulher no Tik Tok a partilhar vários vídeos sobre um molho picante e que após isso acabou por ser patrocinada por diversas empresas. Ao dar-se conta disto, Josh Nalley deu asas à sua imaginação e, claramente, atingiu os seus objetivos! Falta agora saber se o papel que terá na série será... de um morto!

Pergunta da Semana

QUEM É QUE ESTÁ A MENTIR SOBRE A ATUAÇÃO DO SIS NO CASO DA APREENSÃO DO COMPUTADOR DO EX-ADJUNTO?



António Mendonça Mendes
Secretário de Estado Adjunto do PM



João Galamba
Ministro das Infraestruturas

Responda online através do código QR



Agenda Cultural

07-10 JUNHO

Primavera Sound Porto, Parque da Cidade

09-11 JUNHO

Campeonato da Europa de Rugby

10 JUNHO

21h30 Amália Hoje

10 JUNHO

17h00 Corrida de touros em Santarém

11 JUNHO

17h30 Corrida de touros em Arruda dos Vinhos

13 JUNHO

20h00 Marron 5, Passeio Marítimo de Algés

